



SINOPSE SINTIUS

Informativo diário do Sindicato dos Urbanitários

10/05/2022



Disponível em nosso site: <https://sintius.org.br>

Aumento de juros não acaba com inflação e é mortal para trabalhadores

Mesmo diante de uma inflação que não tem origem em excesso de demanda - muito pelo contrário, o Banco Central optou por elevar novamente a taxa de juros SELIC, dos atuais 11,75% para 12,75% em uma clara demonstração de que tanto a equipe econômica como a presidência não têm a menor ideia de como debelar a alta ininterrupta dos preços no país, mesmo em um cenário de estagnação econômica, alto desemprego e queda da renda.

O processo inflacionário recente tem causas muito claras, destacando-se a política de preços da Petrobras que eleva os preços dos combustíveis e do gás de cozinha e por compor os custos de todas as cadeias produtivas, dissemina essa elevação para toda a economia. A excessiva variação cambial; o aumento dos preços internacionais dos alimentos; redução da área plantada para gêneros alimentícios; o desmonte dos estoques reguladores; a desorganização da política de promoção da agricultura familiar; e o aumento de custos financeiros devido ao aumento dos juros.

Instabilidades econômicas sempre existiram. Os preços internacionais sempre oscilaram: o petróleo já atingiu mais de US\$ 100 em outras oportunidades, inclusive recentemente. Mesmo diante de cenário complexo, a resposta desse governo, de aumento dos juros, somente irá promover mais recessão sem equacionar os problemas, jogando nas costas de trabalhadores e trabalhadoras do Brasil as consequências da completa ausência de estratégia econômica do atual governo.

Este cenário deve suscitar a discussão não somente da necessidade de interrupção desse modelo econômico, mas também o que fazer com toda sua "herança" de destruição. No caso da política monetária, a independência do Banco Central era vista como fundamental para estabilidade inflacionária: mesmo aprovada nos moldes desejados pelos seus defensores, hoje em dia temos a maior inflação já registrada desde a implantação do Plano Real em 1994. Os que acusavam governos anteriores de serem perdulários, inflacionistas e populistas, e que hoje tem total comando da economia do país, apresentam como produtos inflação recorde, alto desemprego, queda na renda do trabalho, estagnação econômica e déficit fiscal recorde. E o que oferecem é mais recessão.

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 09 de maio.

Com Bolsonaro e Guedes, salário mínimo perde poder de compra pela primeira vez desde o Plano Real

Com o presidente Jair Bolsonaro (PL) e seu ministro da Economia, Paulo Guedes, o salário mínimo do Brasil perdeu o poder de compra pela primeira vez, desde a implementação do Plano Real, em 1994. Bolsonaro vai terminar o mandato, em dezembro de 2022, deixando o piso salarial valendo menos do que quando entrou.

Desde o Plano Real, todos os presidentes, seja no primeiro ou segundo mandato, conseguiram reajustar o salário superando a inflação. Nenhum dos governantes, neste período, entregou um mínimo que tivesse perdido o poder de compra. Enquanto que sob o governo Bolsonaro, o Brasil terá uma perda de 1,7%, até o final do ano.

A perda percentual significa uma queda no piso salarial de R\$ 1.213,84 para R\$ 1.193,37 entre dezembro de 2018 a dezembro de 2022. De acordo com o relatório da corretora, a perda inédita está relacionada ao ajuste fiscal que mostra o impacto de reajustes no piso em uma gama de outras despesas da União, como benefícios sociais e gastos com Previdência. Mas há, principalmente, uma relação também direta com a aceleração da inflação. A avaliação é de que a reposição da inflação passada que o governo Bolsonaro vem promovendo não garante a preservação total do poder de compra do salário mínimo diante do aumento dos preços cada vez maior de um ano para o outro.

Saiba mais em: CNTI, terça-feira 10 de maio.

Custo da cesta básica aumenta nas 17 capitais pesquisadas pelo Dieese

O custo da cesta básica de alimentos aumentou em abril em todas as 17 capitais onde o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) realiza a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. De março para abril, as altas mais expressivas ocorreram em Campo Grande (6,42%), Porto Alegre (6,34%), Florianópolis (5,71%), São Paulo (5,62%), Curitiba (5,37%), Brasília (5,24%) e Aracaju (5,04%). A menor variação foi observada em João Pessoa (1,03%).

Segundo a pesquisa, São Paulo foi a capital onde a cesta básica teve o maior custo (R\$ 803,99), seguida por Florianópolis (R\$ 788), Porto Alegre (R\$ 780,86) e Rio de Janeiro (R\$ 768,42). Nas cidades do Norte e Nordeste, onde a composição da cesta é diferente das demais capitais, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 551,47) e João Pessoa (R\$ 573,70).

Saiba mais em: CNTI, segunda-feira 09 de maio.

Inflação trava planos das empresas e engavetam investimentos importantes

A escalada da inflação no País, com índices acima de dois dígitos (no acumulado em 12 meses) desde setembro do ano passado, tem dificultado bastante o planejamento das empresas até mesmo no curto prazo. Sem previsão de quanto vai custar a matéria-prima ou o frete no mês seguinte, muitas delas estão tendo de engavetar investimentos importantes para a melhoria do processo produtivo, mudar modelos de vendas e reajustar os preços mais vezes durante o ano, para não comprometer as margens financeiras.

Algumas, no entanto, têm feito várias manobras para retardar cada vez mais o repasse de preços e não perder vendas. O fato é que a inflação alta provoca um ciclo vicioso difícil para uma retomada consistente da economia.

Os preços altos comprometem a renda da população. Consequentemente, o consumo cai e as vendas das empresas diminuem. Com faturamento menor, as companhias não têm opção a não ser deixar de investir e reduzir mão de obra, o que eleva o desemprego.

"Tem sido complicado acertar as previsões", afirma o copresidente da indústria de papel cartão Papyrus, Amando Varella. O executivo conta que, por causa dessa dificuldade, a empresa tem feito mais reajustes de preços aos clientes se comparado aos anos anteriores, quando essa mudança ocorria a cada 12 meses.

Em 2021, a companhia realizou três reajustes. Neste ano, uma nova revisão já foi informada aos clientes e deve ser implementada em junho. Saiba mais em: A Tribuna, segunda-feira 09 de maio.

Economia cresce mais do que esperado, diz Bradesco

Os economistas do Bradesco estimam que a economia do Brasil vai crescer 1,5% neste ano. Revisaram a projeção nesta segunda-feira (9). Era de 1%.

No primeiro trimestre deste 2022, o crescimento teria sido de 1,3%. Neste segundo, viria a ser de 0,3%, segundo o Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco.

O crescimento acumulado no primeiro semestre seria, pois, um tico além de 1,6%, na estimativa dos dois bancos. No segundo semestre, a economia entraria no vermelho: o PIB de cada trimestre seria menor do que o do anterior. A queda seria menor na estimativa do Bradesco, maior na do Itaú, que prevê crescimento anual de 1% neste 2022.

Há risco de as previsões irem para o vinagre, claro. Há o risco de um choque financeiro causado pela mudança da política de juros nos Estados Unidos. A guerra na Ucrânia pode provocar novos danos na confiança e no preço das commodities. Os surtos de Covid na China derrubam a produção industrial do país, seu crescimento econômico e contribuem para a inflação mundial.

A inflação continua pressionada. O Bradesco prevê que o IPCA termine o ano em alta de 7,5% (o pessoal do Itaú prevê 8,5%). Para os dois bancos, a dívida pública medida como proporção do PIB (relação dívida/PIB) fecha o ano em 80% do PIB, em queda em relação a 2021. Inflação alta, commodities em alta e PIB crescendo um pouco além do previsto ajudam a diminuir um pouquinho o peso da dívida. Saiba mais em: Folha de São Paulo, segunda-feira 09 de maio.

Guedes defende versão enxuta de reforma do IR com cobrança sobre 'super-ricos'

O ministro Paulo Guedes (Economia) defendeu, nesta segunda-feira (9), o andamento de uma reforma do IR (Imposto de Renda) mais enxuta, reduzindo a tributação sobre as empresas e criando a taxa sobre dividendos (parte do lucro das companhias distribuída aos acionistas).

A ideia é fazer uma espécie de minirreforma tributária que incluiria a redução da alíquota de IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica), dos atuais 34% para 30%.

O ministro diz que o plano tributaria os "super-ricos", argumento usado por ele para defender a tributação de dividendos. Mas, na verdade, esses recursos são recebidos por qualquer acionista de empresa — não apenas os super-ricos.

"Podemos fazer uma versão mais enxuta [da reforma do IR], tributando super-ricos e reduzindo o imposto sobre as empresas. É o que falta para o Brasil receber investimentos de fora", afirmou Guedes.

Saiba mais em: Folha de São Paulo, terça-feira 10 de maio.